



BRASILIANAS

William França | brasilianas.cm@gmail.com

Donos de quiosques e trailers ganham tempo para negociar novas regras

GDF havia encaminhado em março projeto de lei para estabelecer novas regras para quiosques, trailers e bancas. Estima-se que são mais de 32 mil em todo o DF. Votação deve ficar para o segundo semestre

Deve ficar para o segundo semestre a apreciação do Projeto de Lei Complementar 68 de 2025, encaminhado pelo governador Ibaneis Rocha (MDB) para a Câmara Legislativa do DF, e que propõe novos critérios de utilização de áreas públicas por mobiliários urbanos como quiosques, trailers e bancas. Estima-se que existam mais de 32 mil espalhados por todo o DF - mas ninguém sabe o número correto.

O GDF havia encaminhado a proposta do PLC no último dia 27 de março para atualizar regras vigentes desde 1995 (governo Cristóvam Buarque) e que haviam sido alteradas em 2008 (governo Arruda). Entre as propostas que foram previstas anteriormente - mas nunca efetivadas - estava a necessidade de ser realizada licitação para a escolha dos permissionários.

A necessidade de concor-

rência para a escolha de quem vai explorar os espaços também está prevista nesta nova regra proposta por Ibaneis Rocha. Mas é justamente esse um dos pontos que têm gerado preocupação para os atuais ocupantes dos espaços, especialmente os que já tinham o direito a explorá-los anteriormente.

Há o temor de que, pelas regras apresentadas, os quiosqueiros percam os espaços para o chamado "poder econômico", uma vez que há previsão de licitação para quem apresentar melhor oferta. Ou seja: quem oferecer mais, ganha a permissão.

Há regras previstas para amenizar essa questão, como o do exercício do "direito de preferência" para os atuais ocupantes. Mas os envolvidos na questão acham que a proposta não dá a estabilidade necessária.

Outro receio é quanto as regras previstas para a regula-

rização dos quiosques, como a padronização arquitetônica. Muitos indicam que esse quesito será um impeditivo para que os atuais ocupantes se adequem à nova legislação, pois em alguns casos as obras alcançam a casa dos R\$ 100 mil.

Várias frentes de negociação

Tão logo foram informados sobre a nova proposta de regulamentação, os dois sindicatos que representam os quiosqueiros e os trailers se manifestaram - sobretudo, pela ausência de interlocução com o GDF e o curto prazo para a aprovação da proposta pela CLDF.

A presidente do Sindicato dos Trailers, Quiosques e Similares do Distrito Federal, Maria de Fátima Azevedo Oliveira reforçou a necessidade de ajustes no texto. Segundo ela, "esse projeto não pode ser empurrado goela abaixo". A diri-



Paulo H Carvalho/Agência Brasília



Estima-se que haja cerca de 32 mil quiosques, trailers e bancas de jornais espalhados pelo DF

gente sindical solicitou também que seja determinado o direito de preferência aos que já detêm autorização para manter o negócio em funcionamento. No caso dela, "são 35 anos sem segurança jurídica".

Pelo que havia sido definido anteriormente, o projeto deveria ter sido apreciado no dia 27 de maio. Mas houve reações de vários deputados distritais, como Paula Belmonte (Cidadania) e Thiago Manzoni (PL), que conseguiram marcar e realizar uma Comissão Geral (quando o plenário é aberto a um debate com vários convidados), que aconteceu uma semana antes da data prevista para votação.

Após essa audiência, o Colégio de Líderes decidiu retirar a urgência da proposta. Assim, eles conseguiram ganhar tempo.

"A audiência pública que realizamos foi essencial para dar voz a quem mais entende do assunto: os profissionais que estão na ponta, enfrentando os desafios do dia a dia. Graças à mobilização da categoria e à nossa firme atuação, o projeto saiu da pauta. Ganhamos tempo para fazer o que deveria ter sido feito

desde o início: discutir, aprimorar e construir soluções reais", disse a deputada à "Brasilianas".

"Recebi aqui na Câmara Legislativa, nesta segunda-feira (16), representantes de quiosques, trailers e similares e recebemos a confirmação de que fizemos o que era certo. Eles vieram agradecer pelo empenho que fizemos aqui na Câmara Legislativa para tirar o regime de urgência do PLC 68/2025, que regulamenta os equipamentos aqui no DF. Este é um projeto que impacta diretamente a vida desses trabalhadores e não poderia ser votado a toque de caixa, sem diálogo, sem escuta, sem respeito", completou Paula Belmonte.

Novas alterações

Também foi aberto prazo para apresentação de emendas ao texto do GDF. Até o momento, já são 33 as emendas apresentadas, que mudam, por exemplo, o tempo de permissão de 10 anos para 15 anos, renováveis por igual período.

Haverá uma nova reunião do Colégio de Líderes na próxima segunda-feira, dia 23, para estabelecer a pauta a ser votada

pelos distritais no último dia útil deste semestre (que será no dia 24).

Embora formalmente o recesso parlamentar só comece no dia 30 de junho, ele será antecipado (na prática). Assim, o texto só vai ser apreciado no segundo semestre.

Até o prazo de votação no plenário, novas emendas poderão ser apresentadas.

E é justamente nessa dilatação de prazo de votação que os quiosqueiros apostam. Um grupo foi recebido pelo secretário de Governo, José Humberto Pires. Ontem, a assessoria da Segov disse à coluna que "a equipe técnica (da secretaria) fez várias reuniões com representantes do sindicato e as propostas estão sendo analisadas".

O advogado que representa do Sindicato dos Quiosqueiros, Renato Barros, acredita que ainda haja espaço para conversas. "Até porque essa nova legislação não vai encerrar todo o processo, pois precisaremos tratar do tema novamente na Lei Geral de Uso do Solo, que precisa também ser atualizada".



Blog Brasília

A escultura "Espaço Cósmico 81" estava instalada no Balão do Aeroporto. E sumiu, sem deixar vestígios

Quem se lembra da escultura de metal no Balão do Aeroporto que sumiu? Ela vai voltar

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) anunciou ontem (17) que está atuando para viabilizar a instalação de uma réplica da escultura "Espaço Cósmico 81", do artista plástico Yutaka Toyota. A obra original, inaugurada em 1980, ficava no balão do Aeroporto de Brasília e desapareceu em 2005 durante a realização de reformas várias no local.

O MPDFT instaurou procedimento para investigar o caso, mas, apesar da requisição de inquérito policial para apurar o possível furto, o autor do crime não foi identificado e a peça nunca foi localizada.

Agora, 20 anos depois, os promotores de justiça Roberto Carlos Batista, coordenador do Núcleo de Cooperação Internacional (NCI) e titular da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural (Prodema), e Luciana Bertini, titular da 4ª Prodema, reuniram-se com Nobuyuki Kimura, coordenador-geral adjunto da Agência de Cooperação Internacional do Japão (Jica) para tratar sobre a obra desaparecida.

Doação de réplica

O filho do artista, Gianni Toyota, se dispôs a doar uma réplica da escultura para o Distrito Federal. A proposta é que a nova obra seja instalada em um jardim japonês a ser construído em Brasília. Durante o encontro com os representantes do MPDFT, a Jica se comprometeu a contatar o Setor Cultural da Embaixada do Japão para solicitar o apoio do país ao projeto.

Segundo o promotor de justiça Roberto Carlos Batista, "essa iniciativa é bastante significativa, sobretudo no ano em que se celebram 130 anos de cooperação comercial entre Brasil e Japão, e permite uma cooperação técnica na proteção do patrimônio cultural". Para a promotora de justiça Luciana Bertini, "a reconquista da réplica da escultura monumental e a criação de um jardim japonês representará uma grande conquista para o patrimônio cultural do DF, fortalecendo ainda mais os laços culturais entre Brasília e o Japão."

Autorizações dos atuais quiosques sob investigação por corrupção no DER-DF

Carolina Curi



Deputada distrital Paula Belmonte, durante Comissão Geral destinada a utilização de quiosques e trailers, na CLDF

No dia 27 de fevereiro deste ano, "Brasilianas" publicou com exclusividade nota informando que a Polícia Civil e o Ministério Público do DF estavam apurando a venda de licenças de quiosques, possivelmente por intermédio de servidores do Departamento de Estradas de Rodagem do DF (DER-DF), em conjunto com empresários. É um desdobramento da Operação Faixa de Domínio, que apura concessões irregulares de painéis publicitários pela mesma autarquia.

"O pessoal do DER tá

vendendo (a licença) por 80 mil reais", afirma um comerciante achado pelo esquema de corrupção que havia no DER-DF, e que revelou uma poderosa engrenagem na concessão de quiosques ao

longo de quase 2.000 km de rodovias no DF.

Tanto a Polícia Civil quanto o Ministério Público têm em seu poder um conjunto de documentos e mesmo áudios, em que é narrado o modus

operandi do grupo. "Brasilianas" obteve um desses áudios. Nele, é possível ouvir uma série de nomes de empresários de vários segmentos do comércio varejista, do ramo imobiliário, de corretores de imóveis e de servidores públicos do DER-DF envolvidos no esquema.

Há narrativas sobre valores envolvidos nas transações de liberação de quiosques, como foi o caso deste, de R\$ 80 mil, para que fossem permitidos em áreas irregulares ou mesmo não previstas na legislação das Faixas de Domínio.

Diego Bresani lança o fotolivre "Cidade Selvagem – caminhos de desejo"

Divulgação/Agenda KB Comunicação



A publicação de 144 páginas é resultado de 10 anos de pesquisas sobre os percursos que os pedestres traçam pela capital federal

do Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal (FAC-DF).

Em Brasília, para quem não tem carro, é necessário criar alternativas. Resta a escolha de fazer o seu próprio caminho. Rasgá-los na terra

ou na grama. Assim se formam os chamados "caminhos de desejo". Quando pessoas percorrem o mesmo trajeto, aquele caminho fica marcado, a terra fica batida, a grama fica amassada, enfim, abre-se um espaço limpo, construído a partir da

vontade dos pedestres, onde a maioria prefere passar. O "caminho de desejo" representa a tendência humana para ligar dois pontos.

O fotolivre de Bresani é uma catalogação das marcas feitas por quem precisa caminhar em Brasília e foi produzido ao longo dos últimos 10 anos. A publicação propõe uma reflexão sobre o urbanismo modernista da cidade no dia a dia de seus habitantes, depois de mais de 60 anos de sua criação: Em um projeto urbanístico que privilegia os automóveis, quem caminha em Brasília? Existe um recorte social na maneira de se locomover pelo Plano Piloto? Por meio das fotografias, o projeto levanta debates sobre algumas adversidades no projeto de Lúcio Costa.